



**A INVENÇÃO DA DEMOCRACIA NA FRONTEIRA DA CAPITAL DA  
REPÚBLICA**

CLAUDIO ARAUJO DE SOUZA E SILVA\*

---

\* Universidade Federal Fluminense – Departamento de Ciências Sociais de Campos dos Goytacazes; Professor adjunto.

### **Imprensa popular e cultura política**

Desde o início do século XX a imprensa sensacionalista e popular vem se consolidando como um importante canal de expressão da vida política nacional não apenas pelo conjunto de discursos e visões de mundo construídas para caracterizar o objeto político, mas também como um espaço de reivindicações e demandas expressas pela população. Siqueira (2002) cita como exemplo o jornal *Correio da Manhã*, fundado em 1901 na antiga capital da República. Além de notícias sobre crimes e fatos dramáticos ligados ao cotidiano urbano, este periódico dedicava especial atenção a eventos e festas populares e ainda abria espaço para as reivindicações das classes trabalhadoras. O *Jornal do Brasil*, conforme destaca a pesquisa de Eduardo Silva (1988), também possuía uma seção inteiramente voltada para as reivindicações da população mais pobre. A coluna intitulada *Queixas do Povo* permitiu ao autor interpretar a forma de incorporação da cidadania à sociedade através do relato dos problemas cotidianos, dos dramas e sentimentos da população.

Os jornais oferecem aos pesquisadores a possibilidade de pensar a respeito dos significados, motivações, estratégias e práticas discursivas que constroem o político. Ao cabo, esse conjunto de elementos contribui para conformar uma espécie de gramática que nos ajuda a pensar as relações entre a sociedade civil e o Estado para além dos limites institucionais, pois permite entender a interação entre essas duas instâncias não apenas a partir de procedimentos formalizados, mas também tendo como referência símbolos, crenças, ideais e valores.

No período democrático construído entre 1945 e 1964 a imprensa se consolidou como um ator fundamental da vida política nacional e ajudou a delinear a expressão da cidadania brasileira. A redemocratização do país após o fim do Estado Novo também trouxe a volta da concorrência eleitoral entre os partidos políticos. A obrigatoriedade do voto para a população alfabetizada e maior de 18 anos, estabelecida na Constituição de 1946, levou os partidos de todas as correntes a buscarem o apoio popular. Com a classe política sendo escolhida por um

eleitorado maior, os jornais tornaram-se peça fundamental para a formação da opinião pública e para a afirmação dos partidos e das lideranças de massa no campo político<sup>1</sup>. Assim, esta é uma fonte fundamental para se pensar a incorporação das classes populares ao processo de modernização brasileiro e especialmente à cidadania política.

A capital da República foi um espaço privilegiado para a criação e a propagação de projetos e discursos políticos através da mídia impressa<sup>2</sup>. Data de 1951 a criação do jornal *Última Hora* pelo jornalista Samuel Weiner, que deu amplo apoio político a Getúlio Vargas. No ano anterior foi criado o jornal *O Dia*, que após dar apoio cerrado a Adhemar de Barros se tornou aos poucos um baluarte para ascensão de Chagas Freitas no cenário político do Rio de Janeiro. Ainda em 1949, o líder udenista Carlos Lacerda fundou o *Tribuna da Imprensa*, que mais tarde lhe serviria para dar ampla divulgação a suas posições políticas contra o governo Vargas. Tenório Cavalcanti seguiu esse modo de fazer política através da imprensa e resolveu inventar o seu próprio jornal. Criado em fevereiro de 1954, no fim do segundo governo Vargas, o *Luta Democrática* também se tornou popular. Este periódico seguia o padrão de produção dos grandes jornais da época, exibindo manchetes sensacionalistas com forte apelo emocional. Porém, o *Luta Democrática* tinha uma peculiaridade em relação aos outros jornais populares, haja vista que não só circulava na capital da República, como também no interior do estado do Rio e, principalmente, nos municípios da Baixada Fluminense, possuindo várias colunas e seções voltadas para esta região. Essa característica de ser um jornal que transitava entre a capital e as regiões em seu entorno ajudou a consolidar uma das principais marcas do fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti ao longo dos anos 1950 e 1960: a capacidade de construir um canal ligando a periferia ao centro. Portanto, naquele momento, o deputado fluminense tentava se colocar como um representante popular capaz de expressar, através de seu jornal, a voz da periferia e trazê-la para o centro do debate político na capital

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de campo de político ver: BOUDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>2</sup> Para uma análise aprofundada sobre o papel desempenhado pelos jornais *O Dia*, *Luta Democrática* e *Última Hora* como intermediários entre o eleitorado e as lideranças políticas ver a Tese de Doutorado de Carla Vieira de Siqueira intitulada “Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)”. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

da República, ou seja, para o espaço que representava a “caixa de ressonância do país”, onde a política se pautava pelo debate dos grandes temas nacionais<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre a construção da cultura política na antiga capital da República ver os seguintes trabalhos de Marly Motta: “Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.13, n.24, p.351-376, 1999. “Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75). Rio de Janeiro, FGV, 2000. “O Rio de Janeiro continua sendo?” In: Seminário: Rio de Janeiro: capital e capitalidade.” Rio de Janeiro, 2000. “Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política”. In: Simpósio Nacional da ANPUH, 21, Niterói, 2001.

### **O Luta Democrática e a consolidação do capital político de Tenório Cavalcanti**

Tenório Cavalcanti costumava usar sua própria autoimagem, construída em torno de sua história de vida, para se colocar como um político capaz de atender as demandas populares. Algumas colunas publicadas no jornal retratavam a imagem de um herói justiceiro<sup>4</sup> que era capaz de resolver os conflitos sociais usando a violência como uma forma de combater os grupos que ele usualmente apontava como sendo os exploradores do povo, ou seja, grupos políticos e econômicos das elites, constantemente envolvidos em conspirações secretas, cujo objetivo era roubar o dinheiro público para o seu próprio favorecimento pessoal<sup>5</sup>. Esse era um discurso muito comum no jornal, representava um padrão narrativo que expressava o mundo da política. O objetivo principal do parlamentar fluminense era popularizar um partido tradicionalmente considerado elitista, como era o caso da União Democrática Nacional (UDN), e disputar espaço com políticos populares dos dois outros partidos que protagonizavam o cenário político e eleitoral da época: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Assim, ao reforçar a construção do seu próprio mito no jornal, Tenório ganhava legitimidade no campo político do Rio de Janeiro. Conforme atesta Portelli (2006: 120-121), não é relevante saber se um mito é uma história falsa ou verdadeira, cabe compreender os significados que o formam, os símbolos e as crenças que ele compreende e que são compartilhados por uma cultura.

O jornal *Luta Democrática* foi fundamental para estabelecer uma nova forma de comunicação entre Tenório Cavalcanti e os seus eleitores. Depois que o periódico foi criado o raio de atuação política do deputado fluminense passou a englobar diversas categorias da população mais pobre, representadas em seções e colunas voltadas não apenas para os problemas locais da capital e das cidades do interior do estado do Rio de Janeiro - sobretudo, da Baixada Fluminense - mas também, destinadas a dar conta das questões políticas que se inseriam no debate nacional. O resultado das eleições de 3 outubro de 1954, oito meses após a criação do *Luta Democrática*, expressou claramente a influência do periódico no aumento do eleitorado de Tenório Cavalcanti. Neste ano, além de ter sido o deputado federal mais

---

<sup>4</sup> Para reforçar essa imagem pública de herói justiceiro, Tenório Cavalcanti costumava se apresentar vestindo uma capa preta que encobria sua metralhadora apelidada de Lurdinha. Estes dois adereços conformaram uma estética política que identificava o deputado caxiense como um ícone da violência na política da Baixada Fluminense.

<sup>5</sup> Sobre o significado mítico da conspiração política como forma de motivar e integrar os atores no interior do campo político ver: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1987

votado do Rio de Janeiro, Tenório obteve o maior aumento percentual de votos entre todos os candidatos reeleitos, conforme mostra a tabela 1:

Ampliação do número de votos entre deputados federais reeleitos nas eleições de 1954 no Rio de Janeiro

Nome do deputado federal	Votos recebidos em 1950	Votos recebidos em 1954	Aumento percentual de votos
Tenório Cavalcanti (UDN)	9.072	42.060	363,6%
Getúlio Moura (PSD)	12.280	30.862	151,3%
Celso Peçanha (PTB)	14.018	31.332	123,5%
Francisco Saturnino Braga (PSD)	16.236	19.253	18,4%
Edilberto de Castro (UDN)	12.720	13.951	9,7%
José Pedroso (PSD)	12.482	13.022	4,3%

Fonte: TSE. Disponível em: <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260>

No pleito de 1954, o governo do estado do Rio de Janeiro passou das mãos de Amaral Peixoto para Miguel Couto Filho. Ambos tinham como base a aliança PSD-PTB. A UDN, por outro lado, vinha consolidando cada vez mais a sua característica oposicionista. Nesse sentido, é mais fácil explicar os aumentos percentuais obtidos por Getúlio Moura e Celso Peçanha, que tiveram o apoio da máquina político-administrativa, do que o de Tenório Cavalcanti. É importante frisar ainda que Getúlio Moura disputou votos diretamente com Tenório Cavalcanti, já que ambos tinham suas bases eleitorais na Baixada Fluminense<sup>6</sup>. Em parte este aumento percentual dos dois candidatos deveu-se ao grande crescimento populacional ocorrido naquela região ao longo dos anos 1950. Contudo, ainda assim não se pode dizer que este tenha sido o fator preponderante para explicar o maior aumento percentual de Tenório Cavalcanti entre todos os candidatos reeleitos, inclusive os da base governista<sup>7</sup>. Somente é possível esclarecer os motivos dessa rápida ascensão eleitoral se

<sup>6</sup> Getúlio Moura concentrava votos mais especificamente no município de Nova Iguaçu, enquanto Tenório tinha a sua base no município de Duque de Caxias.

<sup>7</sup> O ex-secretário de segurança pública do estado, Agenor Barcelos Feio, também disputou votos com Tenório na Baixada nas eleições de 1954, se elegendando pela legenda do PSD com 22.682 votos (TSE. Disponível em:

levamos em consideração a importância do *Luta Democrática* como canal de expressão política do parlamentar fluminense.

A UDN fluminense elegeu 4 deputados federais no pleito de 1950, passando para 6 em 1954, o mesmo número de eleitos pelo PSD, seu maior rival no estado. O PTB, por sua vez, ficou com 5 do total de 17 cadeiras. A diferença de votos entre Tenório Cavalcanti e os outros candidatos udenistas do estado foi bastante significativa, como se pode ver na tabela 2:

Votação dos candidatos eleitos da UDN no estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1954

Nome do deputado federal	Votos recebidos em 1954
Tenório Cavalcanti	42.060
Prado Kelly	23.919
Alberto Torres	16.497
Edilberto de Castro	13.951
Raimundo Padilha	13.314
Bartholomeu Lisandro	9.878

Fonte: TSE. Disponível em: <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260>

Tenório Cavalcanti recebeu quase o dobro do número de votos de Prado Kelly, que havia sido o candidato udenista derrotado por Amaral Peixoto nas eleições de 1950 para o governo do estado do Rio de Janeiro. Prado Kelly também era um dos principais representantes da oposição a Getúlio Vargas no estado fluminense, sendo um dos fundadores da UDN. Nas eleições de 1945, para a Assembleia Nacional Constituinte, foi o candidato mais votado do partido no estado Rio de Janeiro. Durante o mandato se tornou líder da bancada udenista do estado e em 1948 foi eleito presidente nacional da UDN. Portanto, ao longo desses anos, Prado Kelly teve uma sólida base política em seu apoio. Esses fatos servem para evidenciar que a ascensão política de Tenório Cavalcanti esteve intrinsecamente associada à criação do jornal *Luta Democrática*, portanto, o periódico foi fundamental para a consolidação do seu capital político e para que se destacasse no campo político do Rio de Janeiro<sup>8</sup>.

---

<http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:1328064881866260> ).

<sup>8</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre a história do campo político do Rio de Janeiro ver: SARMENTO, Carlos Eduardo; FREIRE, Américo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do



### Udenismo popular ou udenismo às avessas?

A ideia de um udenismo popular soa como algo bizarro para aqueles que conhecem os traços mais marcantes da identidade política da UDN. Historicamente, desde a sua criação em 1945 até a sua extinção em 1965, os quadros, as estratégias e as atitudes políticas deste partido o identificaram com uma tradição liberal e elitista associada fundamentalmente ao *ethos* da classe média. A literatura existente sobre a UDN reforça essa ideia (SOARES, 2001; BENEVIDES, 1981). Além de valores elitistas, a identificação da UDN com a classe média era construída, sobretudo, através do combate à corrupção e ao comunismo. O partido era formado por várias correntes. A diferença mais relevante se deu entre os udenistas “históricos” e os “realistas”. Os primeiros eram formados pelos chamados bacharéis<sup>9</sup>, considerados “autênticos” representantes dos valores formadores do partido, sobretudo o moralismo e a identificação com as elites. Já os “realistas” eram considerados “pragmáticos” nos acordos políticos estabelecidos para ganhar eleições. Contudo, é importante ressaltar que o termo udenismo não se restringe a atuação dos políticos no partido ou no governo, mais do isso o udenismo tornou-se um conceito chave para entender a própria tradição do liberalismo brasileiro, podendo ser compreendido como um conjunto de representações sobre a política que ainda hoje é utilizado por jornais, políticos e a opinião pública brasileira com o objetivo de balizar o debate político<sup>10</sup>. Em que pese o fato dessa tradição ter se consolidado em torno de diferentes estilos de atuação – alguns mais moderados e outros mais combativos - e em reflexões sobre a cultura política, a mentalidade elitista prevaleceu na disputa pela construção da memória do partido, haja vista que as suas principais lideranças alinhavam-se a ela.

Durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, *O Luta Democrática* e os udenistas se pautavam pela crítica ferrenha ao Governo e à figura do Presidente. No fim do segundo governo Vargas, quando a ala mais radical da UDN tomou posições mais conservadoras, Tenório seguiu este rumo provavelmente em apoio não apenas a UDN fluminense, mas também a UDN da Guanabara, comandada por Carlos Lacerda. Através do *Luta Democrática*

---

campo político carioca (1889-1969). In: MOTTA, M.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. (org.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

<sup>9</sup> Os bacharéis udenistas eram homens da elite, com extensa formação cultural - especialmente na área jurídica - e caracterizaram a UDN como um partido de notáveis.

<sup>10</sup> Ver CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia, Caxambu, 2014.

o político de Duque de Caxias apoiou o golpismo e fez campanha aberta contra o governo. No entanto, o jornal de Tenório também se caracterizava por adotar uma linguagem popular. Inicialmente, o antielitismo propagado pelo *Luta Democrática* era rejeitado dentro da UDN justamente porque os grupos predominantes do partido acreditavam que todo discurso político popular era demagógico, dominado por lideranças carismáticas que se encontravam no PTB de Getúlio Vargas. Mas foi justamente tentando se apropriar desse capital político adversário que Tenório Cavalcanti procurou se afirmar. O parlamentar fluminense não conseguiria ascender como uma liderança política local e nacional se não recebesse o apoio de seu partido, porém, se os seus discursos políticos não o identificassem de alguma maneira com o seu eleitorado ele não poderia atingir altos índices de votação.

Tenório era uma liderança popular sustentada pelo voto numa democracia recém-inaugurada. Sua base eleitoral era formada, grosso modo, pela população pobre de Caxias e dos demais municípios fluminenses. Portanto, o elitismo udenista em nada lhe favorecia. Não podia abrir mão de discursar para seus eleitores, por mais que tentasse reproduzir em seu jornal os valores e o ideário do partido da oposição. Mas, como já foi afirmado, o udenismo ultrapassa os mecanismos formais do partido. O termo não se refere a uma ideologia coerente e hermética, ao contrário, possui diversas faces e perspectivas que, ao fim e ao cabo, foram construídas pelas interações de seus adeptos com os demais atores pertencentes ao campo político. Pouco se fala dessa face mais popular do udenismo. Obviamente a ausência dessa narrativa deve-se ao forte apelo popular do trabalhismo varguista na história política brasileira. Essa tradição do trabalhismo incorporou-se a ideia do Estado nacionalista e popular como protagonista na organização política e social. Nesse sentido, a tradição liberal passou a se identificar como o outro no cenário político. Se o trabalhismo de Vargas era popular tudo que não se identificava com ele seria elitista. Essa percepção dificulta a possibilidade de se pensar num campo de oposição liberal ao varguismo de características populares a fim de esclarecer as dinâmicas formadoras do campo político brasileiro na República de 46.

### **A disputa pela memória do trabalhismo.**

A tradição que se consolidou em torno do udenismo envolve moralismo político e a possibilidade de burlar as regras institucionais democráticas com a justificativa de

restabelecer a ordem e, conseqüentemente, moralizar a própria democracia. Esse discurso não está intrinsecamente associado às elites brasileiras, sendo assim, pode facilmente ser apropriado por um viés popular.

Posteriormente ao suicídio de Getúlio Vargas, novas eleições presidenciais foram marcadas para 3 de outubro de 1955. A UDN criticava ostensivamente o apoio de comunistas a chapa composta por JK e Jango, numa aliança que envolvia PSD e PTB. O partido oposicionista tentou quebrar essa união se aproximando da ala dissidente do PSD no apoio à candidatura do ex-governador de Pernambuco, Etelvino Lins. A articulação foi formalizada na Convenção Nacional de abril. Etelvino Lins representava o lado popular da UDN. Sua breve campanha foi preenchida com *slogans* do tipo “pão e vergonha”, “sou popular porque sou do povo” e se identificava dizendo ser “honesto e pobre como você” (BENEVIDES, 1981, p.95). O que estava em jogo para a UDN era inviabilizar a candidatura de Juscelino Kubitschek, criando uma chapa envolvendo a UDN e o PSD. Como se sabe, a aliança não vingou e acabou sendo escolhida a chapa Juarez Távora e Milton Campos. Mesmo assim, o *Luta Democrática* tentou popularizar a campanha colocando em destaque a participação de Tenório e Jânio Quadros em comícios pró-Juarez: “Tenório, a atração das massas. Jânio, o orador dramático. A UDN é como o boi, não sabe a força que tem.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 04/9/1955, p.3).

Após sucessivas derrotas nos pleitos presidenciais de 1945, 1950 e 1955 a vocação derrotista da UDN se consolidou ainda mais. Apesar das suas características elitistas, a UDN, assim como qualquer outro partido, não poderia abrir mão do voto popular num sistema democrático que se ampliava cada vez mais. Com a vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart no pleito de 1955 a UDN se viu cada vez mais isolada. A hegemonia PSD-PTB no governo fez com que o partido oposicionista não recebesse nenhum Ministério durante o governo JK. Além disso, na Câmara dos Deputados, o bloco de oposição reunido (UDN-PDC-PL) não alcançou um terço das cadeiras.

Sem conseguir participar do poder a UDN continuou fazendo pesadas críticas ao governo, tanto no parlamento, com a “Banda de Música”, como através da imprensa. Porém, alguns de seus correligionários concluíram que esse ataque não resultaria em votos se o partido não mudasse as suas estratégias em relação às coalizões eleitorais. Dessa forma, ganhou força nas convenções nacionais a posição defendida pelos “Chapas Brancas”, da ala

realista, segundo a qual o partido teria que se popularizar e buscar alianças com PSD e PTB nos estados. Benevides (1981, p.103) afirma que uma postura mais pragmática não entrou em contradição com aqueles que continuavam criticando ferrenhamente o governo. Ao contrário, a atuação opositora da “Banda de Música” aumentou o poder de barganha dos “Chapas Brancas” para tecer alianças. Além disso, o pertencimento a uma das alas não excluía a possibilidade de criar afinidades com a outra. A ocupação de postos de relevo no partido por representantes das duas alas exemplifica bem esta situação. Carlos Lacerda, adepto da “Banda de Música”, foi líder da UDN na Câmara dos Deputados e Juraci Magalhães, favorável aos “Chapas Brancas”, foi presidente do partido.

Juraci Magalhães foi eleito em 1957 e passou a adotar o *slogan* “A UDN não é populista, mas faz questão de ser popular”. Seguindo essa linha foram criadas as “Caravanas da Liberdade” na campanha para as eleições de 1958. O movimento se propunha a fazer comícios populares pelo interior do país. A capacidade de Tenório em manejar uma linguagem mais popular para o partido da oposição veio, portanto, a ter maior utilidade com a ascensão desse novo projeto partidário. Assim declarou Lacerda em sua campanha de popularização da UDN:

*E a gente ainda levava de quebra um Tenório, que entusiasmava as massas, contando aquelas histórias e com aquela capa, que tinha uma audiência enorme no interior. Você pode imaginar o que era a legenda do Tenório Cavalcanti no interior: os sujeitos ouviam o Tenório uma hora e meia, duas horas, um discurso interminável onde ele ia engatando uma coisa na outra. De vez em quando dizia coisas muito engraçadas e sobretudo nas cidades mais humildes encantava aquela gente. Afinal, era a primeira vez que ouviam um sujeito da UDN falando feito matuto e com “ar de povo”. (LACERDA, 1978, p.198-199).*

Para mostrar como a UDN poderia ser popular no Rio de Janeiro, Lacerda não poderia evocar, por exemplo, a imagem de Prado Kelly. Era preciso mencionar Tenório. O capital político que já vinha sendo manejado pelo *Luta Democrática* se harmonizava perfeitamente à linha idealizada por Juraci Magalhães. A ideia de uma UDN popular se encaixava como uma luva no ideário político de Tenório Cavalcanti. Ainda em 1956, na coluna intitulada *De um observador parlamentar*, Tenório descreveu a sua percepção a respeito da transformação do partido da oposição:

*A UDN deixou de vez de lado a cartola, o fraque, as peças incômodas e difíceis de carregar e refrescou-se nas lágrimas do negro que não é aceito numa escola, do trabalhador que sofre no Nordeste abandonado [...] do triticultor nacional que vê o*

*seu trigo apodrecer enquanto o trigo estrangeiro corre pelas máquinas dos moinhos dominando alvissareiro os mercados [...]. A tese de que o Brasil estava em perigo porque estava crescendo demais caiu por terra. Hoje os udenistas querem é progresso nacional no campo da exploração do petróleo, da produção do trigo, do milho, do arroz, do café e do cacau. (LUTA DEMOCRÁTICA, 22/4/1956, p.3).*

O *Luta Democrática* aproveitou o momento de popularização da UDN para se identificar ainda mais fortemente com uma postura antielitista. Ao longo do governo JK destacaram-se alguns colunistas, cuja principal característica era a construção de um discurso político contra as elites. Alguns desses colunistas se candidataram nas eleições de 1958. Portanto, pode-se dizer que parte da identidade udenista foi construída através da maneira como esses discursos foram manejados no *Luta Democrática*.

O primeiro colunista a aparecer no jornal seguindo esta linha popular foi Jair Martins, que adotava a alcunha de Índio. Era jornalista, radialista, funcionário público e tinha um programa na TV Tupi do Rio de Janeiro chamado *O Índio não tem bandeira*. No *Luta Democrática* escrevia a coluna *Da Bancada da Imprensa* e nas eleições de 1958 foi eleito vereador do Distrito Federal pela legenda da UDN. No dia do aniversário de Getúlio Vargas, Índio criticou aqueles que julgava serem os falsos herdeiros do trabalhismo propagado pelo governo em sua coluna intitulada *O Senhor esteja contigo, Getúlio!*:

*Hoje, trabalhador amigo, sem lágrimas fingidas ou elogios de agência nacional, o Índio reverencia respeitosamente, a memória do presidente Getúlio Dornelles Vargas. E pergunta: onde se enrustiram os bajuladores, os puxa-sacos profissionais, os trabalhistas do asfalto e dos cadilacs, os engrossadores palacianos [...], os que se arrumaram fazendo marolas no mar de lama, que levaria de roldão o varão ilustre de São Borja? Estarão naturalmente, alguns, nos seus sítios ou fazendas, sorvendo capitoso vinho e tafulhando para o buxo flácido, suculentas peixadas. (LUTA DEMOCRÁTICA, 19/4/1957, p.3).*

A morte de Getúlio Vargas o redimiu de qualquer deslize político. Sua herança passou a ser disputada por todos aqueles que tentavam se identificar com o povo e a UDN também entrou nessa disputa. No dia do trabalho, Índio assim se pronunciou:

*O trabalhador que não teve pão o ano inteiro, terá circo inteiramente de graça, ou melhor, pago pelo fundo sindical. Pelo menos hoje, trabalhador amigo, os trens da central e os calhambeques da Leopoldina correrão dentro do horário. [...] A agência nacional espargirá por todo o Brasil os perdigotos do dr.Jussa. [...] Para isso, trabalhador amigo, tu és sangrado na própria carne [...], sofres descontos extorsivos dos institutos, ditos de previdência [...]. Continuas sempre pobre e*

*esquecido pelos teus falsos defensores, os trabalhistas de boites. [...] Jango, Nonô de Diamantina, Alzirão, Jafet, Lafer, Lutero [...]. Enquanto isso, pobre, ingênuo, sacrificado, mas honesto trabalhador, continuarás, amassado nos trens [...], beberás cachaça falsificada e comerás o pão que o diabo amassou. [...] Até quando?! (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1957, p.3).*

Em plena campanha eleitoral de 1958 para a Câmara Municipal do Distrito Federal Índio ratificou seus laços com Tenório Cavalcanti na luta contra os “falsos trabalhistas” em sua coluna intitulada *Mensagem ao trabalhador*:

*Estou empenhado numa verdadeira batalha, como soldado de Tenório Cavalcanti, no Distrito Federal. Estou percorrendo os subúrbios da minha terra, subindo os morros e penetrando nas favelas, procurando esclarecer as massas porque devem votar contra os sacerdotes deste santuário de proxenetas do trabalhador, que vivem agachados, tocaiados e enrustidos atrás do retrato de Vargas. [...]. Juntamente com Tenório pretendo invadir os redutos desses trabalhistas de matéria plástica, onde milhares de brasileiros vivem sendo cozidos em banho maria ou temperados no fogo lento da demagogia, sem luz, sem água, sem escolas, sem saneamento, esquecidos dos poderes públicos. (LUTA DEMOCRÁTICA, 10/7/1958, p.3).*

No dia seguinte, na coluna *Trabalhistas de Araque*, chamou o PTB de “partido dos ricos que vive do voto do pobre”:

*O PTB é o partido dos ricos, que vive do voto do pobre. Repare o trabalhador que todos os seus maiores são homens muito bem plantados na vida e estão sempre montados em automóveis de alto preço que, pelo seu luxo, chegam a xingar a nossa mãe. João Goulart, Babi Bocaiúva [...] Leonel Brizola, Carlos Jereissati, San Tiago Dantas, Lutero Vargas (...) e muitos outros cavalheiros que se dizem amigos do trabalhador [...] arrotam e transpiram dinheiro por todos os poros. Há de fato alguns milionários trabalhistas, cuja fortuna foi recebida por herança pois são grandes latifundiários, senhores de engenho e proprietários de cachos de fazendas. Fazem trabalhismo no asfalto da Cinelândia, na porta da Colombo ou nos cafofos da Avenida Atlântica. A maioria, porém, é trabalhista de safadeza. De araque! (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/7/1958, p.3).*

A campanha eleitoral de Índio em 1958 foi preenchida com diversos discursos de apelo popular. O udenista buscava qualificar-se como autêntico representante dos trabalhadores. Em outra coluna acrescentou a este argumento a ideia do combate à corrupção, tradicionalmente vinculada ao discurso udenista: “É necessário que você escolha homens de mãos limpas e vergonha na cara. Que possam, se eleitos, serem olhados de frente. Faz-se mister que você faça do voto uma pedra, um porrete ou barra de ferro.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/9/1958, p.3).

Outro colunista, também bastante assíduo nas páginas do *Luta Democrática* durante a campanha eleitoral de 1958, foi Francisco de Medeiros Chaves, que assinava como Sancho Sem Pança. A alcunha sugeria uma versão subnutrida do fiel companheiro de Dom Quixote, na obra de Miguel de Cervantes. Sancho Sem Pança escrevia a seção *Flashes de Caxias* e foi candidato a vereador por Duque de Caxias com o *slogan* “para vereador, o amigo dos humildes”. Não se candidatou pela UDN e sim pelo PRT. Em todo caso, se dizia fiel a Tenório. Em uma de suas colunas assim se expressou:

*Não quero votos dos nobres. Nobres para mim são rebotalhos. Nobreza, no meu entender, não está no título, no bolso ou no cofre. [...]. Nobre é o pobre que sua e não o rico que se diverte e goza. Fui pobre até no escolher de minha legenda. Todo mundo sabe que sou um tenorista fiel. E não deixarei Tenório enquanto este parlamentar viver amparando com a mão caridosa o homem do povo, ferido pela dor. Com os udenistas ou sem os udenistas na Câmara, o ‘papai’ estará sempre lutando contra os padeiros que usam quilo de 800 gramas, contra os donos de lotação, que pensam que pobre acerta toda dia no bicho, contra a polícia que espanca e contra os vereadores que fazem do ‘arreglo’ um segundo ordenado. Farei na Câmara o que Tenório prega e vereadores nunca fizeram. (LUTA DEMOCRÁTICA, 16/9/1958, p.3).*

Também durante as eleições de 1958, o colunista conhecido pela alcunha de Dom Chicote passou a assinar a coluna *Flashes de Meriti*<sup>11</sup>. O conteúdo da coluna seguia o discurso antielitista de Sancho Sem Pança:

*Está provado que a época dos cartolas já passou [...], o século é do homem do povo. Do indivíduo que se mistura com o povo, para sentir o que o povo sente, com o fim de resolver-lhe os problemas. Os figurões estão caindo nas urnas, como frutos podres. Ninguém liga mais para o society, reinado da vagabundagem grã-fina. (LUTA DEMOCRÁTICA, 9/10/1958, p.5).*

Mário Guimarães, advogado e eleito suplente de deputado federal do Rio de Janeiro pela UDN no pleito 1954, também tinha a sua coluna no *Luta Democrática*. Em 1955, ele assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados e em 1957 se tornou vice-líder da UDN na Câmara. Nas eleições de 1958, foi eleito novamente suplente de deputado federal do Rio de Janeiro pela legenda da UDN. Seguindo a linha da popularização do discurso udenista e da crítica aos herdeiros de Vargas, Mário Guimarães assim expôs a sua visão sobre o dia do trabalho:

*No Brasil assistiremos ao cortejo de um povo ameaço pela fome, a ouvir discursos bonitos dos que os exploram [...]. Falsos líderes a falarem nas reivindicações dos*

---

<sup>11</sup> Nome referente ao município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

*trabalhadores durante o dia, enquanto à noite, esbanjam nas boites o dinheiro fácil, obtido por meios escusos, à custa e em nome dos trabalhadores explorados. O povo está cansado de leis que não são cumpridas, de institutos de previdência que só funcionam para distribuir empregos rendosos às grã-finas e aos playboys, protegidos dos políticos [...]. Os apartamentos de Copacabana estão cheios de pessoas bem vestidas que ganham dos Institutos, enquanto os que para ele contribuem vivem em barracões espalhados pelas favelas e andam maltrapilhos, inspirando até a piedade dos que se beneficiam do seu sacrifício. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1957, p.3).*

Durante o governo JK, Tenório Cavalcanti também reforçou o combate aos herdeiros de Vargas, dizendo que eram maus representantes e desvirtuados do ideário trabalhista. No primeiro dia do trabalho após a posse do novo governo, escreveu em sua coluna:

*Sabemos que os pelegos do Fundo Sindical, abutres que se alimentam do suor operário, convertem o 1º de Maio, em todo o país, em uma série de homenagens pessoais aos seus supostos protetores [...]. O protetor dos desavergonhados pelegos, ladrões do dinheiro do trabalhador, é hoje o sr. João Goulart, que transformou o operário, contribuinte obrigatório dos Institutos, em escravo de vagabundos exploradores. [...] Os milhões tirados à força do pobre, não foram transformados em benefícios para a classe desfavorecida. Não se vestiu o nu, não se deu de comer a quem tem fome. Não se amparou o velho, não se recuperou o desajustado, não se protegeu a infância. Não se prodigalizou ao trabalhador o recurso necessário para a aquisição de uma casa para si e para os seus [...]. Descobrimo-nos nesta data em homenagem ao cidadão que sai dos trapiches e das caldeiras, dos teares e dos volantes das forjas e das oficinas, cheirando a óleo e a carvão. E, olhando-os, pedimos-lhes que afastem de seu caminho os seus exploradores, pois quem não tem vocação para o servilismo não pode escravizar-se à tutela de falsos salvadores. Joguem os trabalhadores de sobre os ombros a poeira da ruína a que os levou o patrão liberal dos pelegos e sintam o estalo da liberdade a reintegrá-los na consciência universal. (LUTA DEMOCRÁTICA, 1/5/1956).*

Nesse discurso Tenório atacou um dos principais pilares do trabalhismo varguista: o imposto sindical. A contribuição compulsória estava diretamente atrelada ao empregado filiado a alguma categoria profissional regulamentada pelo Estado, com o fim de ser revertida em políticas sociais de amparo ao trabalhador. Essa obrigatoriedade foi veementemente criticada pela imprensa liberal da época (jornais como *O Estado de São Paulo* e *Tribuna da Imprensa*), mas também pelos movimentos de esquerda ligados aos comunistas e aos anarquistas. A crítica se voltava, sobretudo, para os pelegos que, ao se consolidarem em postos-chaves nas organizações sindicais a fim de entrarem em acordos com o Estado em troca de benefícios privados, funcionavam como um obstáculo à ação coletiva espontânea dos trabalhadores. Assim, o imposto sindical era visto por esses segmentos sociais como algo coercitivo. Seguindo essa posição política Tenório Cavalcanti tentava caracterizar o imposto



sindical como algo maléfico para a inclusão social e política dos trabalhadores. Não valia a pena dar dinheiro nas mãos dos pelegos sem a garantia de que esse dinheiro seria corretamente aplicado em políticas sociais. Nesse discurso Tenório voltava-se para os milhares de desempregados e excluídos do modelo de cidadania atrelado à regulamentação das categorias profissionais, que naquele momento poderiam ser incorporados ao capital político udenista.

A ofensiva contra o apoio comunista recebido pelo governo Kubitschek também se constituiu como uma das bases do capital político udenista. Para combater este apoio o partido da oposição se posicionou em defesa da democracia cristã. A campanha eleitoral de 1958 colocou em evidência a disputa entre cristãos e comunistas. Tenório Cavalcanti e seus correligionários, sempre adotando a linha popular e antielitista, pediram insistentemente aos seus eleitores para não votarem nos candidatos do PTB e dos partidos aliados pelo fato deles serem apoiados pelos comunistas. Em sua coluna intitulada *Sua eminência disse não*, Tenório discorreu contra Luis Carlos Prestes:

*Ontem, um extremista de esquerda era um foragido da justiça, um homem de aço, temperado ao fogo das privações e do sacrifício, que se propunha a levantar a alma do nosso povo, impondo-lhe a convicção profunda e indestrutível da igualdade humana. Hoje é um indivíduo 'Kar', barbeado à francesa, cioso do vinco de suas calças, mostrando as unhas polidas quando leva à boca o copo de uísque nos mais caros bares e restaurantes da cidade. Já não quer enforcar o último burguês nas tripas do último capitalista. (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/9/1958, p.3).*

Em 1958 Tenório Cavalcanti repetiu o feito de 1954 e foi eleito pela segunda vez consecutiva o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro, ampliando a sua votação para 46.029 sufrágios.

Tenório entendia que tinha um papel estratégico para a UDN carioca e fluminense como sendo o principal elo de ligação com a população mais pobre. Contudo, o desejo de ascensão política do deputado fluminense no partido da oposição sofreu um duro contratempo na primeira eleição para o novo estado da Guanabara, em 1960. Naquele pleito Tenório explicitou seu desejo de disputar o cargo de governador, mas o escolhido pela UDN foi Carlos Lacerda. Assim, o político da Baixada Fluminense decidiu se afastar do partido ao qual esteve filiado nos últimos 15 anos e se lançar candidato oficialmente pelo Partido Rural Trabalhista (PRT)<sup>12</sup>. Aquele momento marcou o início de uma guinada para esquerda na

---

<sup>12</sup> Antigo Partido Republicano Trabalhista. O nome foi mudado em 1958, tendo como presidente o ex-petebista

trajetória de Tenório Cavalcanti. Com a chegada de João Goulart ao poder, ele apoiou as reformas de base, teceu alianças com organizações de lavradores do interior do estado do Rio de Janeiro vinculados ao PCB e bastante atuantes na Baixada Fluminense daquela época<sup>13</sup>. Em resumo, cabe destacar que nos anos 1960 Tenório apoiou uma agenda política em conformidade com setores da esquerda que se aproximavam não só do trabalhismo, mas também do comunismo. Por conseguinte, esse vínculo com a esquerda contribuiu para que a Ditadura Militar, instalada em 1964, cassasse o mandato do parlamentar fluminense.

Ao longo de todo o período que abrange a República de 46 o capital político manejado por Tenório Cavalcanti continuou buscando identificação com as massas, os pobres, os excluídos, os desempregados, na tentativa de criar noções de reconhecimento e cidadania para essa parcela da população, incorporá-la e levá-la para o centro da esfera pública. Essa identidade política de herói carismático que através de discursos e narrativas se coloca como paradigma das demandas e dos dramas sociais não se transformou em função de sua adesão a diferentes grupos políticos. A correlação entre as forças políticas de uma determinada conjuntura e as crenças, mitos, valores e visões de mundo que motivam a maioria do eleitorado pode oscilar tanto para a direita como para a esquerda, pode dar legitimidade a agendas políticas mais autoritárias, reacionárias, conservadoras ou mais progressistas, democráticas, libertárias. Cabe aos pesquisadores atentar para a essa dinâmica do campo político<sup>14</sup>.

### Referências bibliográficas:

ALVES, José Claudio Souza. *Baixada fluminense: a violência na construção do poder*. 1998. 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

---

Hugo Borghi. Ver: DHBB, 2010, verbete: PARTIDO RURAL TRABALHISTA . Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

<sup>13</sup> Após as eleições da Guanabara Tenório Cavalcanti se filiou ao Partido Social Trabalhista (PST), que abrigava alguns políticos comunistas.

<sup>14</sup> Para uma análise do capital político manejado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello ver: SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993. Sobre a trajetória política do primeiro prefeito de Belford Roxo ver: MONTEIRO, Linderval Augusto. Andando pelo vale da sombra da morte: a trajetória política de Joca, primeiro prefeito de Belford Roxo. Revista da Universidade Rural. Seropédica, RJ, v. 29, n. 2, jul.-dez, p. 55-71, 2007. Comparações entre os capitais políticos manejados por Tenório Cavalcanti, Joca e José Camilo Zito podem ser encontradas em: ALVES, José Claudio Souza. *Baixada fluminense: a violência na construção do poder*. 1998. 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro. (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v.51).
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 13.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia, Caxambu, 2014.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- MONTEIRO, Linderval Augusto. Andando pelo vale da sombra da morte: a trajetória política de Joca, primeiro prefeito de Belford Roxo. *Revista da Universidade Rural*. Seropédica, RJ, v. 29, n. 2, jul.-dez., p. 55-71, 2007.
- MOTTA, Marly. Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.13, n.24, p.351-376, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro continua sendo? In: *Seminário: Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política. In: *Simpósio Nacional da ANPUH*, 21, Niterói, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- SARMENTO, Carlos Eduardo; FREIRE, Américo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: MOTTA, M.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. (org.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- SIQUEIRA, Carla Vieira de. *Sexo, crime e sindicato: sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. 2002. 305 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.